

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001199/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/06/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR028154/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 46670.001142/2010-82
DATA DO PROTOCOLO: 22/06/2010

SINDICATO DOS MOTORISTAS E AJUDANTES EMPREGADOS E AUTONOMOS DE CARGA DA REGIAO DOS LAGOS, CNPJ n. 00.368.582/0001-63, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VALERIA BRAGA VIEIRA; E
SINDICATO DAS EMPRESAS DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS E LOGISTICA DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 33.822.057/0001-25, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCESCO CUPELLO;
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Motoristas e Ajudantes Empregados e Autonomos de Carga**, com abrangência territorial em **Araruama/RJ, Armação dos Búzios/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Cabo Frio/RJ, Casimiro de Abreu/RJ, Iguaba Grande/RJ, Rio das Ostras/RJ, São Pedro da Aldeia/RJ e Saquarema/RJ.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2010, todos os empregados representados pelo Sindicato laboral, ora conveniente, vinculados às empresas integrantes da categoria econômica acima especificada, terão reajustados seus salários nominais em 6,5% (seis e meio por cento), percentual que deverá incidir sobre o salário-base auferido em maio de 2009, devendo ser respeitados os pisos salariais estabelecidos na cláusula 4ª abaixo.

CLÁUSULA QUARTA - PISO SALARIAL

MOTORISTA DE BI-TREM	R\$ 1.151,00
MOTORISTA DE CARRETA	R\$ 1.000,00
MOTORISTA DE BETONEIRA	R\$ 991,00
MOTORISTA DE MUNCK E REBOQUE (GUINCHO)	R\$ 911,00
MOTORISTA DE CAMINHÃO	R\$ 831,00
MOTORISTA DE UTILITÁRIO (até 2 ton.)	R\$ 700,00
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 756,00
AJUDANTE	R\$ 631,00
CONFERENTE	R\$ 753,00
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 700,00
FAXINEIRO, COPEIRO, CONTÍNUO E VIGIA	R\$ 580,00.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUARTA - DESCONTOS SALARIAIS

DESCONTO SALARIAIS EM CASO DE MULTAS DE TRÂNSITO, ETC

Os descontos salariais serão admitidos, em caso de multa de trânsito, furto, roubo, quebra de veículo, avaria de carga ou qualquer outra espécie de dano, se resultar configurada a culpa ou dolo do empregado, sendo que as despesas com obtenção de Boletim de Ocorrência serão suportadas pelas empresas.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALARIOS REAJUSTES PAGAMENTOS E CRITERIOS

É facultada a compensação do reajuste neste ato fixado, ante as antecipações pagas espontaneamente ou por acordo, no decurso compreendido entre junho/2009 e abril/2010.

Nesse sentido, será facultado ao empregador a aplicação do reajuste fixado na CLÁUSULA TERCEIRA, proporcionalmente à data de admissão do empregado, contratado entre junho de 2009 a abril de 2010, obedecendo ao percentual mínimo de reajuste de 0,54% ao mês até a data base da categoria, dia 01 de maio de 2010.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA SEXTA - ABONO PECUNIÁRIO

ABONO PECUNIARIO

As empresas pagarão a todos os empregados vinculados à categoria representada, a título de ABONO PECUNIÁRIO, a importância de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). Este pagamento será feito em duas parcelas iguais de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) cada, sendo a primeira em Setembro/2010 e a segunda em Março/2011, juntamente com o pagamento dos salários dos respectivos meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que mantiverem programas de participação em lucros ou resultados, elaborados na forma da lei, com a participação do Sindicato profissional, poderão utilizar-se deles para suprir as obrigações contidas nesta Cláusula, desde que não seja de valor inferior ao abono. Este benefício não é cumulativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica convencionado que a concessão do referido abono se reveste de caráter excepcional, não podendo servir de precedente ou fundamento para qualquer outra postulação no sentido de renovação, seja na vigência da presente convenção coletiva ou por ocasião de outras convenções coletivas subseqüentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O abono do que trata o *caput* desta Cláusula não incorpora e nem complementa a remuneração devida ao empregado para efeito de cálculo de férias, 13º salário, horas extraordinárias ou do outro direito trabalhista oriundo do Contrato de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de demissão do empregado, qualquer que seja a modalidade, deverá o empregador no ato do pagamento das verbas rescisórias, efetuar a quitação das parcelas referentes ao abono pecuniário, proporcional ou integral, caso as mesmas ainda não tenham sido quitadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - PROPORCIONALIDADE PARA ADMITIDOS APOS 31 DE MAIO DE 2009

O pagamento do abono poderá ser aplicado de maneira proporcional nos casos de admissão posterior a 01 (um) de maio de 2009, observados, sempre, os princípios legais que regem a irredutibilidade do salário e a equiparação face ao paradigma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito do pagamento do abono pecuniário deverão ser aplicadas as seguintes regras:

1) - empregados admitidos na empresa até 30 de abril de 2009. Deverão receber o valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) em duas parcelas iguais de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) cada, sendo a primeira a ser paga juntamente com o salário de setembro/2010 e a segunda a ser paga juntamente com o salário de março/2011.

2) - empregados admitidos na empresa de 01 de maio de 2009 até 30 de abril de 2010.

Poderá o empregador efetuar a quitação do abono pecuniário de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) de maneira proporcional aos meses trabalhados, tendo por referência o período de 01.05.2009 à 30.04.2010, obedecendo às mesmas regras de pagamento previstas na cláusula 3ª. *Exemplo:* empregado admitido em 01.09.2009 fará jus ao abono pecuniário, proporcional a 8 meses, ou seja, divide-se 550,00 por 12 e multiplica-se por 8 para obter o valor proporcional.

3) - empregados admitidos após 01.05.2010. Não fazem jus ao abono.

COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados, comprovantes de pagamento que deverão conter a identificação da firma, a discriminação de todas as verbas pagas e os descontos efetuados.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE HORA EXTRA

Deverão os empregadores obedecer a jornada de trabalho da presente categoria profissional, a qual é de 44 horas semanais, sendo que as horas excedentes devem ser quitadas com o acréscimo de 50% sobre a hora normal.

- DUAS HORAS EXTRAS POR DIA

Única e exclusivamente quanto ao segmento de transporte de leite, água e derivados, fica assegurado o pagamento de 2 (duas) horas extras, por dia de viagem, pagamento esse devido apenas aos motoristas e ajudantes que empreendem viagens.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ficam excluídas da obrigação consignada na presente Cláusula as empresas de transporte de leite, água e derivados que, além do salário-base, paguem comissões ou gratificações, ou prêmios, desde que quaisquer das citadas verbas cubram o valor de 2 (duas) horas extras por dia de viagem.

Prêmios

CLÁUSULA OITAVA - PREMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

O empregado que já tenha completado 02 (dois) anos de vinculação ininterruptas na mesma empresa, receberá mensalmente, a título de prêmio por tempo de serviço o percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial fixado para os ajudantes.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prêmio acima não tem natureza salarial para fins de equiparação, sendo devido a partir do mês seguinte àquele em que o empregado completar o biênio ininterrupto aqui mencionado, salientando-se que tal prêmio não será devido cumulativamente.

Ajuda de Custo

CLÁUSULA NONA - AJUDA DE CUSTO

DIARIAS DE VIAGEM

As diárias pagas nas ocasiões em que são empreendidos deslocamentos superiores a 100 km, sempre a título de reembolso de despesas com refeições e pernoites, são ratificadas nos valores a seguir explicitados:

ALMOÇO	R\$ 12,00;
JANTAR	R\$ 12,00;
PERNOITE	R\$ 22,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que fornecem Tíquete-Refeição, Cesta Básica ou Vale-Alimentação estão isentas de reembolsar a parcela correspondente ao almoço, nas hipóteses de deslocamentos superiores a 100 km.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que empreender viagem superior a 100 km, somente fará jus ao pagamento do jantar, caso retorne à sede da empresa após às 20 horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado que empreender viagem superior a 100 km, somente fará jus ao pagamento do pernoite na hipótese de não retornar à sua residência no mesmo dia em que iniciou sua jornada de trabalho.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXILIO ALIMENTAÇÃO

- TIQUETE REFEIÇÃO

Fica majorado o valor do Tíquete-Refeição para **R\$12,00 (Doze reais)**, por dia de trabalho efetivo, concedido a todos os empregados de acordo com os benefícios e entendimentos disciplinados na Lei que instituiu o PAT Programa de Alimentação do Trabalhador.

PARÁGRAFO ÚNICO Ficam excluídas da obrigação, face à concessão do Tíquete-Refeição, as empresas que têm refeitório e fornecem refeição, e também aquelas que optarem por fornecer aos seus empregados Cesta Básica de Alimentos ou Vale-Alimentação, por mês, hipótese em que o valor da Cesta ou Vale-Alimentação não poderá ser inferior ao custo total do Tíquete-Refeição mensal, sempre em conformidade com o PAT Programa de Alimentação do Trabalhador.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXILIO MORTE / FUNERAL

AUXILIO FUNERAL

As empresas concederão ao dependente, assim nomeado e considerado pela Previdência Social, auxílio-funeral no valor total único equivalente a dois salários-mínimos nacional, em caso de morte natural ou de acidente de trabalho do empregado, mediante a apresentação do Atestado de Óbito.

Parágrafo único As empresas que efetuarem o pagamento de seguro de vida aos seus empregados ficarão eximidas de cumprir a presente cláusula, desde que o valor da apólice não seja inferior a 02 salários mínimos nacionais.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE PROVISORIA POR ACIDENTE DE TRABALHO

ESTABILIDADE PROVISORIA POR ACIDENTE DE TRABALHO

Será concedida estabilidade provisória de 12 (doze) meses, a iniciar-se imediatamente após a alta da licença previdenciária, aos empregados acidentados no trabalho e contratados por prazo indeterminado.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE POR PREVISÃO DE APOSENTADORIA

ESTABILIDADE POR PREVISAO DE APOSENTADORIA

As empresas assegurarão aos empregados que estiverem, comprovadamente, a 2 (dois) anos da aquisição do direito à aposentadoria e que contem 5 (cinco) anos de serviço ininterrupto na mesma empresa, desde que sejam comunicadas por escrito das circunstâncias acima, a manutenção do emprego ou o pagamento do salário nominal, durante o período que faltar para a aposentadoria, excetuando-se os casos de demissão por justa causa, extinção do estabelecimento ou motivo de força maior.

PARÁGRAFO ÚNICO: Só farão jus à garantia de emprego e ao recebimento do salário nominal, durante o período que faltar para a aposentadoria, os empregados que, atendidos os requisitos constantes no *caput* desta Cláusula, comuniquem por escrito à empresa sobre sua situação.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NORMAS PARA MOTORISTAS

NORMAS PARA OS MOTORISTAS

Os empregados que exercem a função de motorista, qualquer das modalidades, deverão cumprir as determinações abaixo, observada a respectiva adequação à espécie de veículo conduzido e ao transporte realizado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que exercem a função de motorista zelarão pela conservação do veículo, devendo, ainda, levar imediatamente ao conhecimento da empresa os imprevistos ocorridos e tomar providências urgentes e cabíveis quanto a tais imprevistos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ao motorista cabe a responsabilidade pelo extravio de cargas, ferramentas e acessórios que comprovadamente lhe forem confiados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ao motorista cabe a responsabilidade de toda e qualquer infração de trânsito por ele cometida, quando ficar comprovada sua culpa ou dolo, após esgotados os recursos cabíveis, se for o caso.

PARÁGRAFO QUARTO : O motorista deverá cumprir fielmente todas as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, da legislação complementar e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), ficando sob sua exclusiva responsabilidade as penalidades e medidas administrativas decorrentes da inobservância de qualquer desses preceitos, quando forem esses deveres e responsabilidade do condutor.

a) Ocorrendo o fato descrito no parágrafo quarto, a empresa se obriga a, de imediato, comunicar ao motorista o recebimento do Auto de Infração, facultando-lhe o direito de recurso em todas as instâncias, a ser interposto contra a autoridade de trânsito que impôs a penalidade.

b) Para a perfeita realização do trabalho, as empresas colocarão, à disposição do motorista, numerário e demais apetrechos de viagem, por cuja guarda é responsável, cessando sua responsabilidade com a entrega ou prestação de contas ao final da viagem ou trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica vedado aos motoristas fazerem-se acompanhar por terceiros nos veículos, sem expressa autorização do empregador. A comprovada inobservância face à mencionada proibição facultará a aplicação das medidas legais cabíveis.

Outras estabilidades

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

ESTABILIDADE DA GESTANTE

Nas hipóteses de demissão sem justa causa, as empregadas, ao receberem a comunicação da dispensa, deverão comunicar às empresas, por escrito, seu estado de gravidez, caso estejam nesta condição, sob pena de perda dos direitos alusivos à estabilidade.

Jornada de Trabalho □ Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

OS ACORDOS DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Os acordos de prorrogação e compensação de horário de trabalho, pactuados na conformidade do que dispõe o artigo 59, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), têm reconhecidos seus efeitos a partir da vigência da presente Convenção, respeitados os acordos de compensação ainda em vigor.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE HORAS EXCEDENTES

As horas adicionais prestadas pelo empregado, excedentes de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 8 (oito) horas diárias, poderão ser objeto de compensação, reduzida a jornada em outro dia, desde que a mencionada redução da carga horária seja procedida no mês subsequente ou, no máximo, em até 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A soma da jornada diária com as horas extras

eventualmente realizadas, não poderá ultrapassar o limite máximo de 10 (dez) horas de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de rescisão contratual, qualquer que seja a modalidade, iniciativa do empregador, pedido de demissão do empregado ou justa causa de ambos, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: OS DOMINGOS, FERIADOS E A PRIMEIRA HORA EXTRA DIÁRIA NÃO PODERÃO SER OBJETO DO BANCO DE HORAS.

PARÁGRAFO QUARTO: O Sindicato Laboral terá acesso às empresas para fiscalizar o cumprimento do referido banco de horas, devendo comunicar com antecedência ao Sindicato patronal, e este por sua vez entrará em contato com a empresa que agendará a visita em até 15 (quinze) dias.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INTERVALOS INTRAJORNADA

- INTERVALO INTRAJORNADA

Entre duas jornadas de trabalho deverá ser observado um intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso conforme dispõe o artigo 66 da CLT.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LICENÇA PATERNIDADE

LICENÇA PATERNIDADE

É assegurado ao empregado a licença-paternidade de 05 (cinco) dias, conforme determina o Art. 473 e a Constituição Federal em seu Art. 7º, XIX e Art. 10, Parágrafo Primeiro dos Atos das Disposições Transitórias - ADCT.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA - UNIFORMES GRATUITO PARA O TRABALHO

UNIFORMES GRATUITO PARA O TRABALHO

As empresas fornecerão, gratuitamente, uniformes para o trabalho, quando exigido seu uso, em número de 2 (dois) por semestre. A não conservação do aludido vestuário implicará a concessão de uniforme excedente à quantidade ora estabelecida, mediante o respectivo desconto no salário.

PARÁGRAFO ÚNICO: Somente serão admitidos descontos se resultar configurada a culpa ou dolo do empregado na conservação ou guarda do aludido uniforme.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS E NEGOCIAL

DESCONTO DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA

Observado o disposto no artigo 545 da CLT, as empresas descontarão, em folha de pagamento, as mensalidades associativas devidas por seus empregados ao Sindicato laboral.

- CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Em substituição à CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL paga pelos empregados, resta pactuada neste ato a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, que constitui responsabilidade, única e exclusiva, das empresas ante o Sindicato laboral sendo paga conforme o procedimento a seguir fixado:

I As empresas deverão recolher à entidade representativa dos empregados R\$ 30,00 (trinta reais) por empregado de todo o quadro empregatício lotado na base regional coberta por esta convenção, em 3 parcelas de R\$ 10,00 (dez reais)

II Dito recolhimento dar-se-á no dia dia 30 de junho, 30 de julho e 30 de agosto de 2010.

III - A empresa que optar por recolhimento em quota única, deverá fazê-lo até o dia 30 de agosto de 2010.

IV Ultrapassados 30 (trinta) dias da data fixada para o recolhimento disciplinado nesta Cláusula, será cobrada multa igual a 2% (dois por cento) por mês em atraso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas neste ato representadas, associadas ou não ao sindicato patronal, deverão recolher à citada Entidade, a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, montante igual a R\$ 268,00 (duzentos e sessenta e oito reais) até o próximo dia 31 de julho de 2009.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese, também é facultado às empresas o exercício de OPOSIÇÃO face à aludida contribuição, o que poderá ser feito dentro de 30 (trinta) dias a contar do depósito do presente Instrumento na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), através de carta registrada ou protocolada e fax.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ultrapassados 30 (trinta) dias da data fixada para o recolhimento disciplinado nesta Cláusula, será cobrada multa igual a 0,3 (zero vírgula três por cento) por mês em atraso.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIREITO DE OPOSIÇÃO AO PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Na hipótese, também é facultado às empresas o exercício de OPOSIÇÃO face à aludida contribuição, o que poderá ser feito dentro de 30 (trinta) dias a contar do depósito do presente Instrumento na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), através de carta registrada ou protocolada e fax

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PREVIA

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica ratificado o Termo Aditivo, que trata da Comissão de Conciliação Prévia, registrada na Delegacia Regional do Trabalho, nos autos do processo nº 46.334002223/05-53.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Aplicação do Instrumento Coletivo

- ARTIGO 614 DA CLT

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, entrará em vigor 3 (três) dias após a entrega da mesma na Delegacia Regional do Trabalho, conforme já determina o parágrafo primeiro do Artigo 614, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aquelas empresas que não cumprirem o prazo acima mencionado, ficarão obrigadas ao pagamento de multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em favor do empregado que tiver sido diretamente prejudicado pelo não cumprimento tempestivo desta norma coletiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação da penalidade mencionada no parágrafo anterior, somente poderá ocorrer após a notificação da empresa pelo sindicato laboral para que a mesma exercite o seu direito da ampla defesa e do contraditório no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da mesma.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de indeferimento da defesa apresentada por parte do empregador ou caso o mesmo permaneça inerte em apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias, poderá o sindicato laboral interpor a ação judicial cabível para cumprimento desta norma coletiva, cumulada com a penalidade prevista na presente cláusula.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLAUSULA PENAL

No caso do não cumprimento de qualquer das cláusulas econômicas desta norma coletiva, fica a parte infratora obrigada a pagar multa de **R\$ 510,00** (quinhentos e dez reais), e no descumprimento das cláusulas sociais, pagará mais R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), em favor do Sindicato Laboral. A referida multa será cobrada uma única vez, independente do número de cláusulas descumpridas.

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

DIA DO RODOVIÁRIO

As empresas reconhecem o dia 25 de julho como **Dia do Rodoviário**, ficando assegurada, aos empregados que trabalhem nesse dia, a remuneração em dobro.

- QUADRO DE AVISOS

de avisos nos locais

As empresas colocarão à disposição do Sindicato dos Empregados, quadro de trabalho, para a afixação de comunicados oficiais da categoria profissional, desde que não contenham matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja,

devendo esses avisos ser enviados ao setor competente da empresa, que se encarregará de fixá-los.

- EXTRATOS DO FGTS

Serão entregues, mensalmente, os extratos das contas vinculadas ao FGTS, quando tais documentos forem enviados pelo agente depositário.

- FORNECIMENTO DE COPIA DE CONTRATO DE TRABALHO

As empresas comprometem-se a fornecer, aos empregados admitidos na vigência do presente ajuste, cópia do Contrato de Trabalho.

- FORNECIMENTO DE RELAÇÃO DE SALÁRIOS (AAS)

Por ocasião da rescisão do Contrato de Trabalho, as empresas comprometem-se, sem que o empregado solicite, a fornecer o Atestado de Afastamento e Salários (AAS), para fins previdenciários, e a Declaração de Rendimentos, para fins de Imposto de Renda.

- COMUNICAÇÃO DOS MOTIVOS DE DISPENSA OU PUNIÇÃO

As empresas comunicarão aos empregados, por escrito, os motivos de sua dispensa, na hipótese de justa causa, procedendo de maneira idêntica ante as medidas disciplinares aplicadas.

- TRANSFERÊNCIA POR INTERESSE DO EMPREGADO

Sempre que a transferência for do interesse exclusivo do empregado e por solicitação deste, com a chancela do seu Sindicato, estará isento o empregador dos adicionais previstos em Lei.

- HOMOLOGAÇÃO DE DISTRATOS

Nas homologações dos distratos, serão rigorosamente cumpridos os prazos estabelecidos na Lei nº 7.855, de 24/10/89, inclusive no tocante às multas previstas na citada norma. Nas aludidas ocasiões, os documentos exigidos serão unicamente aqueles discriminados na **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 21 DE JUNHO DE 2002, DA SRT - SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO.**

- AUSÊNCIA DE EMPREGADO NA HOMOLOGAÇÃO

Havendo ciência expressa do empregado face ao dia, hora e local em que deverá ser realizada a homologação da rescisão contratual, o Sindicato laboral fornecerá documento hábil, nos casos em que dita homologação for obstada por ausência do empregado.

- CONCESSÃO ESPONTÂNEA DE BENEFÍCIOS

Os benefícios concedidos espontaneamente pelas empresas, resultantes apenas

de liberalidade unilateral do empregador, terão caráter meramente indenizatório e duração conforme a conveniência do cedente.

- NÃO APLICAÇÃO DESTA CCT A CARRETEIRO AUTÔNOMO

A presente Convenção Coletiva não se aplica ao motorista autônomo, agregado às transportadoras, prestando serviços na condução de veículo próprio ou de terceiro.

- RELAÇÃO COM CARRETEIRO AUTONOMO

Entre o proprietário de veículo de carga, carreteiro autônomo, que se agregar ou tenha se agregado a uma empresa de transportes para realizar, com seu veículo, operação de transporte de cargas, assumindo os riscos e/ou gastos da operação de transporte (tais como combustível, manutenção, peças, desgaste, avaria do veículo etc.), e as empresas ora representadas pelo Sindicato patronal, não haverá, em qualquer hipótese, relação de emprego, na acepção legal do termo, não podendo o referido proprietário de veículo se beneficiar de quaisquer direitos previstos na lei celetista ou de quaisquer Convenções Coletivas já firmadas pelos Sindicatos convenentes, independentemente da forma de pagamento. Encontra-se, assim, o proprietário do veículo de cargas agregado taxativamente excluído da categoria profissional do Sindicato ora acordante, seguindo-se o determinado na Lei nº 7.290, de 19/12/84 e na Lei 11.442, de 05/01/2007.

VALERIA BRAGA VIEIRA

Presidente

SINDICATO DOS MOTORISTAS E AJUDANTES EMPREGADOS E
AUTONOMOS DE CARGA DA REGIAO DOS LAGOS

FRANCESCO CUPELLO

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS
E LOGISTICA DO RIO DE JANEIRO

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .